23.º CFORN - Curso de Formação de Oficiais da Reserva Naval, Ago1973

(Post reformulado a partir de outro já publicado em 14 de Novembro de 2010)



Foi o segundo curso realizado no ano de 1973 que, a exemplo de anos anteriores, foi assinalado pela incorporação de dois cursos de formação de oficiais da Reserva Naval.

Na foto abaixo, legendada, figura a classe de Fuzileiros do 23º CFORN em que os cadetes fardados com o uniforme 3B foram aprovados como fuzileiros navais (FZ) e os uniformizados de camuflado como fuzileiros especiais (FZE).



Da esquerda para a direita, fila de trás, em cima:

João Álmeida Encima, Fernandes*, João Cortez Pinto, Fernando Gomes dos Santos, Mário Moreira Costa, António Gomes Miguel, Joaquim Lourenço Gonçalves, Benjamim de Jesus Correia, António Areias de Carvalho e Elísio Amaral Neves.

3ª fila:

António Ferreira Leite, Henrique Barros Geraldes, José da Conceição Gois e Armindo Gonçalves Costa.

2ª fila

Henrique Ulrich Anjos, José Bustorff Silva, José Pereira Simões, 1TEN EMQ David e Silva (QP's), 1TEN EMQ Pedereira Carneiro (QP's), 1TEN M Vargas de Matos (QP's), José Mota Rodrigues, José Lopes Pires (sentados) e José Pires Marinho (de pé).

1ª Fila, à frente:

Jorge Lopes Gonçalves, João Nunes Peres, Armando Canto e Silva, Manuel Vaz Martins e José Pereira de Sousa (de pernas cruzadas).

* Este cadete Fernandes, por decisão final do Conselho Escolar foi reprovado, sendo alistado posteriormente como grumete.

O despacho Ministerial n.º 63 de 23 de Maio de 1972, relativo aos Cursos e Instruções para Oficiais, Cadetes, Sargentos e Praças para o Ano Escolar de 1972/73, estabelecia as bases de recrutamento para os 22.º e 23.º CFORN's prevendo a incorporação de 181 cadetes.

Entretanto, fora modificado o regime de promoções dos Aspirantes RN designados para prestar serviço nas províncias ultramarinas em comissões de duração superior a um ano. Até então, os Aspirantes eram promovidos a Sub-tenente na data de embarque para o ultramar mas, a partir do 22.º CFORN essa promoção foi substituída pela graduação.



Em cima, António José de Oliveira Brás - LFP «Rigel», António Borges Santos Silva - LFP «Altair» e Emídio Rafael Moreira Veloso - LFP «Pollux»; Em baixo, Eurico Teixeira Ladeira - LF «Dom Jeremias» e José Manuel Nogueira Soares - LFP «Espiga»



O 23.º CFORN foi alistado em 30 de Agosto de 1973 e concluiu-se a 27 de Março de 1974. Foram incorporados 81 cadetes assim distribuídos pelas várias classes: 27 cadetes na classe de Marinha, 6 cadetes na classe de Engenheiros Maquinistas Navais, 24 cadetes na classe de Administração Naval e 24 cadetes na classe de Fuzileiros.

Comandava a Escola Naval o Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes e foi Director de Instrução o Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro.



O Contra-Almirante José Augusto Barahona Fernandes, Comandante da Escola Naval e o Capitão de Mar-e-Guerra Eugénio Eduardo da Silva Gameiro, Director de Instrução

No final do período de instrução, o Prémio "Reserva Naval" foi entregue ao cadete da classe de Marinha, Miguel Eduardo de Sampaio e Spohr. Este prémio destinava-se a galardoar o aluno com classificação mais elevada no conjunto da frequência escolar e da apreciação de carácter militar.



O cadete RN Miguel Eduardo de Sampaio e Spohr, Prémio Reserva Naval.

Durante o ano de 1973 manteve-se o plano de modernização da Marinha, ainda que se tenha mantido, de forma quase inalterada, o dispositivo de navios da Armada. Foram aumentados ao efectivo os navios-patrulha «Limpopo» e «Save» e, já em 1974, vieram ainda reforçar aquele efectivo as LF «Açor», LF «Andorinha» e LF «Albatroz».

No decorrer do mesmo ano de 1973, foram abatidos ao efectivo a fragata «Vasco da Gama», draga-minas «Pico» e corveta «Cacheu». Já em 1974, com a retracção do dispositivo naval, também como consequência do final da Guerra do Ultramar, seguiram idêntico destino os draga-minas «Corvo», «Angra do Heroísmo», «S.Jorge», «Graciosa», «Ponta Delgada» e «S. Pedro», a LDG «Montante», as LFP «Bellatrix» e LFP «Regulus», o submersível «Narval», o navio-patrulha «Porto Santo» e as LFG «Sagitário» e LFP «Cassiopeia».



A Corveta «Cacheu»

Muitos oficiais da Reserva Naval desempenharam missões e viriam ainda a fazê-lo neste tipo de navios, quer nos entretanto abatidos quer nos aumentados ao efectivo, todos eles tendo representando um papel relevante na História da Reserva Naval.

Em Julho, pela primeira vez no historial da Reserva Naval, o STEN RN João António Martins Ribeiro de Carvalho foi designado para prestar serviço no Comando da Defesa Marítima de Timor.

Ainda se manteve a mobilização de parte dos elementos deste curso como Comandantes, Oficiais Imediatos de navios e Oficiais de Guarnição. No entanto, na classe de Fuzileiros, por virtude do final dos conflitos em África, houve uma significativa redução, tendo sido até esta data o curso em que maior número de oficiais permaneceu no Continente.

Foram designados para prestar serviço em África, ou Continente e Ilhas, os seguintes oficiais:

Guiné (1 Oficial):

2TEN FZ RN João António Almeida Encima, CF 2;



Bissau - No Serviço de Assistência Oficinal, final de 1969 ou início de 1970, a LFG «Sagitário», P 1131 e uma outra LFG ainda sem chapa de protecção balística montada*

*Nota: Esta LFG apenas poderia corresponder a uma de duas possíveis: a LFG «Dragão» ou a LFP «Argos», regressadas de Moçambique em Julho de 1969 e Janeiro de 1970, respectivamente, e que para ali tinham seguido da Guiné, em 1964, sem aquelas protecções da zona da casa das máquinas, motores auxiliares e toda a área circundante da ponte. O facto de a LFG «Sagitário» ter estado imobilizada durante todo o mês de Março de 1970, faz crer ser este o tempo correcto para a situação relatada

Pelas 22:30 horas do dia 20 de Janeiro de 1973, Amílcar Cabral é assassinado à porta da sua residência em Conacry, num crime atribuído "convenientemente" á PIDE/DGS por uma opinião pública internacional acicatada pelos países africanos. Aristides Pereira assume funções como chefe interino do PAIGC.

No mês de Março surgem no teatro de operações da Guiné os mísseis terra-ar Strella os quais, tendo como alvo as aeronaves, surtem um tremendo efeito negativo na FAP e, consequentemente, nas operações militares.

A 25 de Março foi abatido um Fiat G-91 no Cantanhês, pilotado pelo TEN Pessoa que se ejectou com sucesso e, três dias depois, na região de Madina do Boé uma parelha de Fiats G-91 é atacada com arma desconhecida. Um dos pilotos, 2º Comandante da Zona Aérea de Cabo Verde e Guiné, TCOR Brito ao picar para tentar identificar o alvo foi atingido, ficando desfeito e morrendo o piloto. O seu asa conseguiu regressar à base.



Os grandes transportes logísticos efectuados pelas Lanchas de Desembarque Grandes na Guiné. Ali se encontravam estacionadas as LDG «Alfange», LDG «Montante» e LDG «Bombarda»

Na primeira semana de Abril um T6 é abatido por um míssil Strella e despenhou-se causando a morte ao piloto. No dia 6 é novamente abatido um DO 27 onde o Major Mariz Martins, comandante do COP 3, efectuava um reconhecimento visual (RVIS), não havendo sobreviventes.

Em 8 de Maio é iniciada pelo PAIGC uma violenta ofensiva contra Guidage, junto à fronteira do Senegal. Em 11 de Maio grupos de combate dos DFE's 1 e 4 são enviados para o reforço da defesa daquele aquartelamento, sofrendo uma baixa no dia 13.

No dia 18 de Maio, comandado por João Bernardo "Nino" Vieira o inimigo desencadeia uma violenta ofensiva contra Guileje, localidade no sul da Guiné que, situada num ponto vital da rota de abastecimento do PAIGC, sem acesso por via fluvial, ficava

completamente isolada.



Uma imagem corrente frente ao cais do Pijiguiti: uma LDM - Lancha de Desembarque Média, dois pequenos cargueiros e um batelão, vendo-se ao fundo o ilhéu do Rei

De 18 a 22 de Julho decorre o 2.º Congreso do PAIGC que fez a revisão geral dos estatutos elegendo Aristides Pereira como secretário-geral afirmando ser intenção do PAIGC proclamar a independência, constituir um governo e criar estruturas administrativas.

Em 6 de Agosto, o General Spínola regressa à Metrópole e é exonerado do seu Comando, sendo substituído a 28 do mesmo mês pelo general Bettencourt Rodrigues como Governador-Geral e Comandante-Chefe.

No mês de Outubro, mais uma vez os aliados americanos jogam a sua cartada no cenário internacional. O Senado proíbe a Administração de conceder a Portugal qualquer ajuda que permita a manutenção do "Regime Colonial". Por sua vez, nesse mesmo mês, o Governo Português concede autorização aos EUA para utilizarem a Base das Lajes, nos Açores, como escala de apoio a Israel na guerra do Yom Kippur.



Uma invulgar perspectiva da disposição de unidades navais no plano inclinado do Serviço de Assistência Oficinal. Em primeiro plano, a popa da LFG «Sagitário» parece bloquear o avanço de uma LDM

Em Dezembro já a confiança nos aéreos se tinha restabelecido e, conhecida a estratégia a utilizar para minimizar o efeito dos mísseis Strella, recomeçaram os voos com alguma normalidade, embora com redobrados cuidados.

No princípio de 1974, da Conferência Afro-Árabe sobre petróleo sobressai a resolução que proíbe o acesso aos portos dos países árabes de navios que transportem petróleo destinado à África do Sul, Rodésia e Portugal.

Já então se começavam a processar com dificuldade as rendições das Unidades no Ultramar devido, por um lado, ao prolongamento excessivo de uma guerra em que alguns militares contavam já com três ou quatro comissões e, por outro lado, à escassez de recursos materiais e humanos.

O conflito agudiza-se. No início de Março as minas voltam a fazer estragos no rio Cumbijã. No porto de Cufar interior, local onde geralmente ficavam os batelões sem guarda por estarem próximo do aquartelamento, o batelão dos combustíveis foi pelos ares, na altura em que se encontravam vários trabalhadores a bordo, morrendo 20 a 30 estivadores a explosão.



Provavelmente no rio Geba, duas LDM e por detrás delas uma LDG, todas parecendo já em estado de desarmamento e encalhadas no lodo

Em Abril os combates travavam-se com violência de forma generalizada, recorrendo o inimigo a métodos cada vez mais imaginativos e letais com baixas nas nossas forças. No rio Cacheu o PAIGC redobrava esforços para conseguir com êxito as cambanças do Sambuiá para sul mas os fuzileiros, com base em Ganturé opunham-se sistematicamente ao abastecimento por essa via.

Nesse mês nos dias 19 e 22 as patrulhas de botes do DFE 1 são violentamente emboscadas nas clareiras de Jagali e Leto, sofrendo um morto e três feridos graves. Foi o último fuzileiro a morrer em combate no Ultramar, vítima de uma granada de RPG7.

No dia 25 de Abril o levantamento militar na Metrópole depõe o regime do Estado Novo originando também grande confusão nos militares que se mantinham em campanha com reacções diversas. Embora com abrandamento a guerra mantem-se e em Junho inicia-se a retracção das forças no terreno.

Em Bissau são reforçadas as forças de vigilância e segurança. Em 25 de Agosto, são desactivadas as unidades de fuzileiros que se encontravam em Bolama, os DFE 21, DFE 22 e DFE 23 que, depois de formados, apenas entregaram o armamento distribuído com instruções directas do respectivo comando, sendo de todo ineficaz a tentativa de contacto por um representante do PAIGC que ali se encontrava para o efeito.



Outra perspectiva de uma operação logística levada a cabo por uma LDG - Lancha de Desembarque Grande

Assinaladas algumas contradições nas entregas dos diversos aquartelamentios ao PAIGC. No sul, em Jemberém, Cameconde, Gadamael e por fim Cacine, com guarda de honra em formatura mista, a toque de clarim do exército, procede-se à cerimónia do arriar da Bandeira Nacional e ao içar da Bandeira do PAIGC.

Em Vila Cacheu, o comandante* do DFE 4, excelente oficial, magnífico operacional e grande patriota, evitando o enxovalho a que estavam a ser sujeitas as Forças Armadas, após ter embarcado nas viaturas todo o material, forma o Destacamento e com as honras do estilo, manda arriar pela última vez a Bandeira Nacional e, de seguida, manda derrubar o mastro , já que "onde esteve içada a Bandeira Portuguesa mais nenhuma haveria de subir". De seguida deu ordens ao pessoal para embarcar, não aguardando sequer que alguém do PAIGC se apresentasse a reclamar a posse das instalações antes de serem abandonadas.

Em 10 de Setembro Portugal reconhece legalmente a Guiné-Bissau como Estado soberano e a 30 de Outubro regressa a

Portugal o DFE 5 a última Unidade de Fuzileiros na Guiné.

* 2TEN FZE RN Pedro Henrique Malheiro Ribas de Meneses, oficial da Reserva Naval do 16.º CFORN;



A LDG «Bombarda», ainda com o número de costado LDG 105 (correcto seria LDG 201) atracada na ponte-cais em Bissau e, em primeiro plano, um bote pneumático com elementos e equipamento da Secção de Mergulhadores-Sapadores

Fotos da Guiné por cortesia de: http://www.flickr.com/photos/40975948@N05/sets/72157623123586856/

Cabo Verde (1 Oficial):

2TEN AN RN Filipe José Seita Duarte no Comando Naval de Cabo Verde;



A fragata «Comandante João Belo»

Angola (12 Oficiais):

2TEN RN António José de Oliveira Brás, LFP «Rigel»;

2TEN RN António Borges Santos Silva, LFP «Altair»;

2TEN RN Emídio Rafael Moreira Veloso, LFP «Pollux»;

2TEN RN José Manuel Nogueira Soares, LFP «Espiga»;

2TEN RN Luís Manuel Lourenço Paupério da Silva, fragata «Roberto Ivens»;

2TEN FZ RN Fernando José Gomes dos Santos, CF 3;

2TEN FZ RN José Manuel Lopes Pires, CF 3;

2TEN FZ RN Mário Gil Moreira Costa, CF 3;

2TEN FZ RN Henrique Maria Ulrich Anjos, CF 5;

2TEN FZ RN José Maria Marques Bustorff Silva, CF 5;



A Lancha de Fiscalização Pequena «Pollux»

No teatro de Angola as acções armadas inimigas tinham vindo a diminuir francamente no ano de 1972 em relação ao ano anterior, salvo ligeiro crescimento no recurso à colocação de engenhos explosivos. No enclave de Cabinda a situação encontrava-se calma, sem iniciativa de acções bélicas, o mesmo se passando tanto no norte como na frente leste. Somente o Cuango revelava ligeiro aumento de actividade.

O dia 2 de Junho de 1973 ficou assinalado por um brutal incidente que ficou assinalado como um trágico marco da guerra dos Fuzileiros, em geral, e da Reserva Naval, em particular. Uma pequena coluna de duas viaturas que se deslocara do Chilombo à Lumbala para ir buscar correio, foi violentamente emboscada num percurso onde não havia histórico de actividades hostis.

A acção causou 3 mortos e um ferido aos fuzileiros do pelotão da CF 1 que se encontrava no Chilombo a apoiar o DFE 10. Um dos mortos, o **STEN FZ RN António Bernardino Apolónio Piteira**, oficial da Reserva Naval, do 18.º CFORN, foi o único oficial da Marinha de Guerra morto em combate durante os 13 anos da Guerra do Ultramar.

A ofensiva internacional contra Portugal e os países do sul de África, acentuava-se no final de 1973. O encerramento da 28.ª sessão da Assembleia Geral da ONU marcou pela posição anti-portuguesa, ao aceitar a alegada independência da Guiné como acto consumado e indiscutível, definindo Portugal como potência ocupante e ilegal.

O maior perigo real era o representado pelos engenhos explosivos que continuavam a causar estragos quando menos se esperava. A preocupação com o transporte de pessoal a longa distâncias constituía então uma preocupação permanente, já que a Marinha não dispunha de meios próprios.



O inimigo dava mostras de estar a ceder em todas as frentes. Em toda a região que constituía a Zona Militar Leste, até à última semana de Janeiro apenas tinha sido registada uma acção de fogo inimiga em reacção às forças militares portuguesas, duas acções de intimidação contra populações e a destruição de uma ponte pela UNITA.

Na última semana de Junho a actuação do IN era ainda mais reduzida não se registando qualquer actividade na área de guerrilha da UNITA registando-se o levantamento de quatro engenhos explosivos e o accionamento de outro na área de infiltração do MPLA.

No inicio de 1974, a animosidade contra Portugal manifestada pela comunidade internacional acentuava-se cada vez mais, espicaçada pelos países afro-asiáticos. Os países manifestavam ou um discreto apoio, uma neutralidade titubeante ou mesmo uma aberta rejeição à política portuguesa, como sucedeu com a generalidade dos povos escandinavos.

E 22 de Março, em Genebra, era adoptada uma proposta apresentada pelos Estados do Terceiro Mundo na 30.ª sessão da Comissão dos Direitos do Homem, no sentido de serem consideradas "as guerras contra a dominação estrangeira, guerras contra o colonialismo e racismo como guerras justas", tal como as guerras de autodeterminação.

Na mesma altura era aprovada na conferência da Organização Internacional do Trabalho, realizada em Conacry, uma resolução apontando para a expulsão de Portugal daquele organismo.



A LFP «Regulus» atracada em Santo António do Zaire

Sucediam-se as greves e manifestações na oposição à guerra que, lentamente, ia crescendo nos meios operários e estudantis portugueses, de imediato utilizada como propaganda pelos movimentos pró-independentistas.

Em 15 de Abril de 1974, através da rádios, o MPLA difunde as suas mensagens afirmando que, em Lisboa, circulava clandestinamente um documento assinado pelo Movimento dos Capitães a preconizar uma solução política para a Guerra do Ultramar, uma vez que considera a vitória pelas armas impossível.

No dia 25 de Abril, um levantamento militar em Portugal degenerou numa revolução que, no escasso tempo de algumas horas, depôs o regime vigente e tomou conta do poder, elegendo uma Junta de Salvação Nacional como modo de assegurar o imediato controlo da Nação.

A Marinha seguia com atenta preocupação o evoluir da situação interna do território. generalizava-se a tendência para o desentendimento entre os movimentos emancipalistas com distúrbios em vários locais, especialmente em Luanda, e o apelo à continuação da luta armada até à total independência da Angola.

Entre Junho e Agosto, depois de uma larga sucessão de nomeações, substituições e negociações entre Forças Armadas, Comandante-Chefe e Movimentos, é nomeado um Alto-Comissário para as negociações. A Marinha começa a retrair o dispositivo no território mantendo a vigilância e guarda de instalações militares.

Em 15 de Outubro, depois da readmissão de Portugal na UNESCO em Setembro, são suspensas todas as operações contra elementos e grupos da FNLA e, a partir do dia 25 do mesmo mês, com a assinatura formal do acordo de cessação de hostilidades entre representantes portugueses e uma delegação do MPLA chefiada por Agostinho Neto, terminaram oficialmente as acções violentas dos movimentos emancipalistas em Angola.



A LDG «Ariete» efectua uma operação com transporte de pessoal

Daquela data para a frente retrair-se-ia progressivamente o dispositivo militar, embora continuassem a verificar-se elevado número de incidentes, roubos e distúrbios, por vezes envolvendo confrontos raciais. No final do ano vivia-se em Angola um enorme caos político e social.

No meio da confusão onde grassava a "organização desorganizada", a Marinha embora sujeita a pressões revolucionárias conseguiu manter a coesão interna numa prévia preparação para abandonar Angola.

Moçambique (6 Oficiais):

2TEN AN RN Eugénio Manuel Ribeiro Azevedo, CDM dos Portos do Lago Niassa;

2TEN AN RN Jorge Manuel Vieira Jordão, navio de apoio logístico «Sam Brás»;

2TEN AN RN Manuel Brandão de Vasconcelos Alves, Comando Naval de Moçambique;

2TEN FZE RN Benjamim de Jesus Correia, DFE 10;

2TEN FZE RN José Carlos da Mota Rodrigues, DFE 10;

2TEN FZE RN José Joaquim Pereira Simões, DFE 11;



Moçambique, Niassa - O Colégio de S. Miguel no Cobué, sede de uma antiga missão católica, onde ficaram aquartelados um Destacamento de Fuzileiros Especiais e uma Companhia do Exército

Logo no início de 1973 a ONU anunciou que iria realizar em Oslo, entre 9 e 14 de Abril, uma conferência internacional sobre o colonialismo e o apartheid, no qual no qual iriam participar além de representantes dos órgãos pemanentes daquela organização, representantes de nove movimentos de libertação africanos, com enorme destaque na imprensa mundial. Simultaneamente, grupos anti-colonialistas e contra o apartheid, preparavam uma campanha com reuniões na Alemanha, Noruega, Holanda, Suiça e ainda em Londres.

No estrangeiro, continuavam a levantar-se cada vez mais vozes contra Portugal, quer por parte dos países quer mesmo por organizações não governamentais. Em Março, foi a Organização Internacional de Aeronáutica Civil que aprovou, em sessão relaizada na sua sede em Nova Iorque, uma moção que afastava Portugal das suas reuniões. A aprovação foi obtida por maioria com votos favoráveis dos países africanos e asiáticos, e os votos contrários dos EUA, Nova Zelândia e a maior parte dos países europeus.

Por esta altura, a Dinamarca, Finlândia e Suécia sugeriram a colocação de uma força militar à disposição da ONU, pronta a deslocar-se para qualquer parte do mundo. Em Moçambique fora também constituído o Comando da Defesa Marítima do

Zambeze, para apoio ao dispositivo militar naval em operações na bacia do Zambeze e em especial na região de Tete.

A guerra em Moçambique continuava a desenrolar-se frente a um inimigo que evitava o confronto directo, optando preferencialmente por espalhar minas e armadilhas em tudo quanto era estrada ou itinerários. Apesar de muitas serem detectadas, levantadas ou destruídas continuavam ainda a ser responsáveis pela maioria das baixas que as nossas forças sofriam no teatro de operações.



O Navio de Apoio Logístico "Sam Brás"

Os países da Liga Árabe reunidos numa conferência de alto nível em Argel decidem cortar todas as relações com Portugal, Rodésia, República da África do Sul e decretam o embargo do petróleo a estes países, ao mesmo tempo que aprovam o aumento da assistência financeira aos movimentos de libertação que lutam contra "os regimes colonialistas" em África.

Enquanto isso, a auto-proclamada República da Guiné-Bissau é reconhecida por 73 países; o Egipto pede a expulsão de Portugal da OIT; a OUA/ONU pressionam o Vaticano, pretendendo que a Santa Sé tome uma posição nitidamente desfavorável a Portugal.

No final de 1973 deixaram de ser avistados nas imediações do porto da Beira os navios de guerra ingleses empenhados no bloqueio àquele porto.

Em Abril, a revolução que estalou na Metrópole não teve efeitos imediatos em Moçambique onde, apesar do notório abrandamento, as operações continuaram até ser assinado o cessar-fogo, o que veio a suceder em 7 de Setembro em Lusaca, entre o Estado Português e a FRELIMO.

A confusão generalizada instala-se e, a Marinha, enquanto retrai o dispositivo no território, tem como preocupação manter a vigilância e segurança de instalações e população.

A 1 de Outubro o Comando Naval de Moçambique informa os comandos subordinados de que fora acordado o cessar-fogo a partir da meia-noite e um minuto do dia 8 de Setembro daquele ano.

Continente e Ilhas (58 Oficiais):

- 2TEN RN António Augusto de Sousa Miranda, LF «Corvina»;
- 2TEN RN António Manuel de Almeida Serra, DSPessoal 1.ª Rep;
- 2TEN RN Joaquim José Borges Gouveia, DSPessoal 1.Âa Rep;
- 2TEN RN Luís Filipe da Costa Figueiredo Teixeira, DSPessoal 1.ª Rep;
- 2TEN EMQ RN José Ricardo Crespo da Costa Simões, DSPessoal 1.ª Rep;
- 2TEN AN RN António Pedro Machado Lopes Vieira, DSPessoal 1.ª Rep;
- 2TEN RN Carlos António da Silva Mendes, draga-minas «Santa Cruz»;
- 2TEN RN Carlos Alberto Figueiredo dos Santos, Grupo N.º 1 de EA;
- 2TEN RN Eduardo José Rosa Guimarães Marques, Grupo N.º 1 de EA;
- 2TEN RN Miguel Eduardo de Sampaio e Spohr, Grupo N.º 1 de EA;
- 2TEN AN RN Renato Manuel Ferreira Feitor, Grupo N.º 1 de EA;
- 2TEN FZ RN Manuel Vaz Martins, Grupo N.º 1 de EA;
- 2TEN RN Edmundo José Simões Gomes de Azevedo, LFP «Açor»;
- 2TEN RN Eugénio Mendes Ferreira, LF «Azevia»;
- 2TEN RN Eurico Cores Correia de Melo, Comando Naval do Continente;
- 2TEN RN Eurico Teixeira Ladeira, LF «Dom Jeremias»;
- 2TEN RN Francisco Ramos da Silva Gomes, navio-patrulha «Limpopo»;
- 2TEN RN Jorge Nuno Alves Lopes, Direcção do Serviço de Instrução;
- 2TEN RN José Luís Saraiva Ramos, Direcção do Serviço de Instrução;
- 2TEN RN José Jorge Geirinhas Mascarenhas, navio-patrulha «Geba»;
- 2TEN RN José Paulo Xavier Marques, Estado-Maior General das Forças Armadas;

- 2TEN AN RN Carlos José Castro da Silva, Estado-Maior General das Forças Armadas;
- 2TEN RN José Carlos Baptista dos Santos, LF «Bicuda»;
- 2TEN RN Luís Amândio Bandeira Tavares, Comando da Flotilha de Draga-minas;
- 2TEN RN Luís Afonso da Rosa Costa Guimarães, Instituto Hidrográfico;
- 2TEN AN RN José Alberto Pinheiro Pinto, Instituto Hidrográfico;
- 2TEN RN Manuel Alves da Costa Manão, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;
- 2TEN AN RN Manuel Martins Mendes Paulo, Grupo N.º 2 de Escolas da Armada;
- 2TEN EMO RN António Joaquim Manso, draga-minas «S. Roque»;
- 2TEN EMO RN Eduardo José Manso, DG do Servico de Fomento Marítimo;
- 2TEN EMQ RN Rui Manuel Leitão Sequeira Lopes, navio draga-minas «Lagoa»;
- 2TEN EMQ RN Serge Ruy Sinnes de Barbosa Araújo, navio-patrulha «Boavista»;
- 2TEN AN RN António Maria Guerra Pires, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Carlos Henriques de Almeida Figueiredo, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Ivo Jorge de Almeida dos Santos Pinho, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN José Manuel Silva Mourato, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN José Manuel Cardoso Ramalho Barbosa, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Mário João Coutinho dos Santos, Superintendência dos Serviços Financeiros;
- 2TEN AN RN Carlos Alberto da Silva Ribeiro, Escola Naval;
- 2TEN AN RN João Manuel de Matos Fernandes, DSEC;
- 2TEN AN RN Rogério Manuel Farrajota Condessa, DSEC;
- 2TEN AN RN João Carlos de Oliveira Costa Vieira, DSA;
- 2TEN AN RN José Nogueira de Paiva e Sousa, DSA;
- 2TEN AN RN Manuel José Dias de Sousa, DSA;
- 2TEN AN RN Manuel António Van Stralen Godinho de Almeida, DSA;
- 2TEN AN RN Rui Manuel Estanco Junqueira Lopes, CA da Administração Central de Marinha;
- 2TEN AN RN Victor Duarte Corado Simões, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN Armando José Ferrão Canto e Silva, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN Armindo Gonçalves Costa, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN João Nunes Peres, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN Joaquim Raúl Lourenço Gonçalves, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN Jorge Manuel Lopes Gonçalves, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN José António Martins Pires Marinho, Força de Fuzileiros do Continente;
- 2TEN FZ RN António Joaquim Areias de Carvalho, Direcção do Serviço de Pessoal 2.ª Rep.;
- 2TEN FZ RN António Ângelo Seixas Ferreira Leite, Escola de Fuzileiros;
- 2TEN FZ RN Henrique Manuel de Barros Geraldes, Escola de Fuzileiros;
- 2TEN FZ RN José da Conceição Góis, Escola de Fuzileiros;



A Lancha de Fiscalização Pequena «D. Aleixo»

Timor (1 Oficial):

2TEN RN João António Martins Ribeiro de Carvalho, Comando de Defesa Marítima de Timor;

Não foi possível determinar o paradeiro dos seguintes 2 Oficiais:

2TEN EMQ RN José Manuel da Graça Rocha (fragata "Comandante Roberto Ivens"); 2TEN FZ RN António Soares Gomes Miguel (Pelotão n.º 9 de Fuzileiros).

O 23.º CFORN, a partir de 25 de Abril de 1974, acompanhou todo o processo que se desenvolveu nos territórios ultramarinos, inclusivé porque muitos dos seus elementos eram Comandantes de unidades navais ou enquadravam unidades de fuzileiros.

A 27 de Março de 1975, todos os oficiais do 23º CFORN foram promovidos ao posto de Subtenente da Reserva Naval,

incluindo os que estavam na situação de graduados. No final daquele ano a maioria deles foi licenciada.

Ingressaram nos Quadros Permanentes:

2TEN FZ RN José da Conceição Gois;

2TEN FZ RN Benjamim de Jesus Correia;

2TEN FZ RN José Maria Marques Bustorff Silva;

2TEN FZ RN José Manuel Lopes Pires;

2TEN FZ RN Armando José Ferrão Canto e Silva;

Fontes:

Texto do autor do blogue, compilado a partir de: Anuário da Reserva Naval, Adelino Rodrigues da Costa e Manuel Pinto Machado, Lisboa, 1992; Dicionário de Navios & Relação de Efemérides, Adelino Rodrigues da Costa, Comissão Culturtal de Marinha, 2006; Fuzileiros – Factos e Feitos na Guerra de África, 1961/1974, Luis Sanches de Baêna, Comissão Cultural de Marinha, 2006; apontamentos e fotografia de curso cedidos pelo CMG FZE José da Conceição Gois, do 23º CFORN, que mais tarde ingressou nos Quadros Permanentes; Arquivo de Marinha, Revista da Armada e cedências pessoais de origens diversas;

mls